

ANÁLISE CONTRASTIVA DO EMPREGO DAS FORMAS DO IMPERATIVO EM ESPANHOL E EM PORTUGUÊS¹

Bruna Ferreira Lima
Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o uso das formas imperativas, examinando a forma padrão e o uso variável de formas verbais do imperativo em português em contraste com o espanhol. Essa análise é feita com base nos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa (GG), que se fundamenta na hipótese de uma faculdade inata da linguagem, a qual sustenta a teoria de uma gramática universal, e no desenvolvimento metodológico da Análise Contrastiva (AC), a qual consiste na comparação de características de duas línguas – a língua materna e a língua alvo –, para identificar quais estruturas podem vir a causar dificuldades na aprendizagem da língua alvo. Assim, o trabalho pretende contribuir com o desenvolvimento de metodologias de ensino desse tema gramatical.

Palavras-chave: imperativo; gramática; análise contrastiva; português; espanhol; processos de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing the use of imperative forms, examining the standard form and the variable use of verbal forms of the imperative in Portuguese in contrast to Spanish. This analysis is based on the theoretical assumptions of GG, which is based on the hypothesis of an innate language faculty, which supports the theory of a universal grammar, and on the methodological development of Contrastive Analysis (CA), the which consists of comparing characteristics of two languages - the mother tongue and the target language - to identify which structures may cause difficulties in learning the target language. Thus, the work intends to contribute to the development of teaching methodologies of this grammatical theme.

Keywords: imperative; grammar; contrastive analysis; Portuguese; Spanish, teaching and learning processes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca comparar e caracterizar o uso da forma imperativa e suas variações em português e em espanhol, de maneira a traçar similaridades e diferenças estruturais nos usos desse modo verbal em ambas as línguas. A análise é feita com base nos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa (GG), que se fundamenta na hipótese de uma

¹ Este trabalho foi desenvolvido como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto de Curso (código147419) do curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura do Instituto de Letras (IL/UNB), sob a orientação da professora Dr^a Rozana Reigota Neves.

faculdade inata da linguagem, a qual sustenta a teoria de uma gramática universal, e no desenvolvimento metodológico da Análise Contrastiva (AC) que consiste na comparação de características de duas línguas – a língua materna (LM)² e a língua alvo (LA) –, com vistas a identificar quais estruturas podem vir a causar dificuldades na aprendizagem da LA, no caso do português e espanhol. Ambas as línguas têm o latim como origem em comum e, assim, têm também muitas semelhanças que, ao mesmo tempo, auxiliam o aprendiz e confundem os estudantes no início da aprendizagem, quer seja do espanhol como língua estrangeira por falantes de português quer seja do português como língua estrangeira por falantes de espanhol.

Segundo Bechara (2009), os modos dos verbos são: indicativo, subjuntivo (conjuntivo), condicional, optativo e imperativo – sendo que somente este último será analisado neste trabalho. Os modos verbais dizem respeito à posição do falante em face da relação entre a ação verbal e seu agente. Nesse sentido, o imperativo é utilizado em relação a um ato que se exige como resposta do agente. Portanto, o verbo no modo imperativo é usado para expressar: ordem, instrução, conselho, sugestão e pedido, tanto em espanhol quanto em português.

Ainda segundo Bechara (2009), o imperativo em português só tem formas próprias para as segundas pessoas; as pessoas que faltam são supridas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo. Não se usa o imperativo de 1.^a pessoa do singular como tal, mas com valor optativo. As terceiras pessoas do imperativo se referem a *você(s)*, e não a *ele(s)*. Também não se usa o imperativo nas orações negativas; nesse caso, empregam-se as formas correspondentes do presente do subjuntivo.

Da mesma maneira que em português, o imperativo verbal em espanhol possui duas formas próprias: para a segunda pessoa do singular (*tú* e *vos*) e para a segunda pessoa do plural (*vosotros/as*). Para as demais pessoas, terceira do singular (*él/ella, usted*) e do plural (*ellos/as, ustedes*) e primeira do plural (*nosotros/as*), são utilizadas as formas do presente do subjuntivo (MORENO e FERNANDÉZ, 2007, p. 217).

Este trabalho tem como objetivo descrever ocorrências de uso do imperativo em português e em espanhol, para contribuir com o desenvolvimento de metodologias de ensino desse tema gramatical. A primeira seção é composta pelo referencial teórico, em que são apresentadas algumas noções teóricas da Gramática Gerativa (Chomsky, 1998), tais como a concepção de língua como expressão do pensamento, o conceito de Gramática Universal

² Os termos, Língua Alvo (LA) e Língua Estrangeira (LE) são utilizados sem diferenciação neste trabalho; Também não fazemos distinção teórica entre os termos aquisição e aprendizagem, por não serem objeto deste estudo.

(GU) e a diferença sobre competência e desempenho, bem como os pressupostos metodológicos da Análise Contrastiva (AC), com base em Fries (1945) e Lado (1957). A seção 2 refere-se à descrição do imperativo na língua latina, em que Faria (1958) aponta algumas características que são percebidas tanto no português quanto no espanhol. A seção 3 descreve características estruturais da forma imperativa em português e em espanhol. A seção 4 desenvolve a análise constrativa das formas imperativas em ambas as línguas, traçando um paralelo entre o uso em português e o uso em espanhol, com consequências para a aprendizagem da língua alvo. A seção 5, última seção, contém as considerações finais sobre a análise feita, destacando a importância da análise contrastiva como um instrumento pedagógico, pois identifica as estruturas da língua alvo que, por serem diferentes às da língua materna, podem gerar obstáculos ao aprendiz.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Pressupostos teóricos da Gramática Gerativa (GG)

A abordagem chomskyana apoia-se na ideia de que os seres humanos são dotados geneticamente de um conhecimento específico universal que implica uma predisposição inata para a aquisição de uma língua – hipótese do inatismo. Em outras palavras, de acordo com Chomsky (1998), há um componente específico na mente humana que é responsável pela aquisição da língua materna: a Faculdade de Linguagem. Segundo o autor, a faculdade da linguagem influencia todos os aspectos da vida, pois é a responsável pelo fato de que no mundo biológico somente os humanos têm uma história, uma evolução cultural e tamanha diversidade.

A faculdade de linguagem pode razoavelmente ser considerada como "um órgão linguístico" no mesmo sentido em que na ciência se fala, como órgãos do corpo, em sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório. Compreendido deste modo, um órgão não é alguma coisa que possa ser removida do corpo deixando intacto todo o resto. Um órgão é um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa.

Assumimos ainda que o órgão da linguagem é como outros órgãos no sentido de que seu caráter fundamental é uma expressão dos gens. (CHOMSKY, 1998, p. 19)

A constituição da faculdade da linguagem ainda não está esclarecida na teoria. No entanto, supõe-se a existência de uma Gramática Universal (GU), que é inata e possibilita a aquisição de uma ou mais línguas, correspondendo ao estado inicial para o processo de

aquisição. É possível investigar esse estado inicial, geneticamente determinado, ou seja, a base sobre a qual a língua se desenvolve, para entender como se dá o processo de aquisição de língua.

A hipótese inatista surgiu como um questionamento a pressupostos behavioristas, em que a aquisição da linguagem é entendida como um processo de estímulo e resposta, cujo aprendizado ocorreria bastando a interação da criança com o meio. Chomsky afirma que a aquisição da língua acontece sem necessariamente ter a ver com respostas provocada pelo ambiente externo. Segundo a visão inatista da linguagem, a criança detém um aparato genérico que a faz ser capaz de alcançar um estado de aquisição ao ponto de gerar sentenças de acordo com a gramática da sua língua materna, mesmo que jamais tenham sido ouvidas daquela maneira.

Chomsky postula, ainda, que cada língua é o resultado da interação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. “Podemos conceber o estado inicial como um ‘mecanismo de aquisição de linguagem’ que recebe como dados de entrada (*input*) a experiência, e fornece como saída (*output*) a língua. Saída esta que constitui um objeto internamente representado na mente/cérebro” (CHOMSKY, 1998, p. 19).

Segundo Kato (1997, *apud* Pilati *et al*, 2011) há na ciência linguística dois conceitos de língua, os quais são complementares e não incompatíveis, devendo ser pensados como estágios de um mesmo programa.

Por um lado, em uma perspectiva estruturalista, a língua pode ser entendida como algo externo (a chamada Língua-E), social, produto do desempenho linguístico. Por outro lado, em uma perspectiva gerativista, seguindo a abordagem formulada em Chomsky (1986), a língua é vista como um estado mental (a Língua-Interna), individual, produto de uma capacidade linguística bioprogramada (conhecida como Gramática Universal – GU). (KATO, 1997, *apud* PILATI *et al*, 2011, p. 401).

Sendo assim, a distinção entre competência e desempenho se relaciona com a distinção entre Língua-I, que remete à competência e diz respeito à gramática internalizada pelo falante, que lhe permite produzir e compreender inconscientemente enunciados da língua, e Língua-E, que remete ao conceito de desempenho, ou seja, o uso que se faz da língua, aquilo que efetivamente é realizado quando falamos ou quando, ouvimos, escrevemos ou lemos – o conhecimento linguístico, nas diversas situações comunicativas.

Portanto, na perspectiva gerativista, formulada por Chomsky, a aquisição ocorre devido um mecanismo mental específico de caráter inato representado pelo aspecto genético e determinante do estado inicial, que em conjunto com a experiência, cria condições para a

aquisição da linguagem. Esse estado inicial, comum para todas as línguas, que prevê também as formas de variação intra e interlinguística, constitui um campo teórico adequado para a análise translinguística dos fenômenos linguísticos, sendo compatível com abordagens metodológicas baseadas no contraste entre as línguas.

1.2 Bases metodológicas da Análise Contrastiva (AC)

Para a aprendizagem de uma língua estrangeira, são necessárias algumas estratégias, que podem ser das mais diversas. A análise linguística contrastiva surge com os trabalhos de Fries (1945) e Lado (1957), que estudaram a tendência dos aprendizes de língua estrangeira de transferir padrões de sua língua materna (LM) para a língua alvo (LA).

Fries (1945) acreditava que os materiais pedagógicos mais eficientes são aqueles baseados em uma descrição científica da língua estrangeira paralelamente comparada com uma descrição da língua materna, ideia que foi lançada em 1957, por Lado, como um dos princípios da AC.

Considerava-se que, com a análise contrastiva, o professor teria como prever os erros dos aprendizes para que eles fossem evitados, pois, de acordo com Baralo (1999), quem aprende uma língua estrangeira tende a transferir hábitos de sua língua materna, como forma de compensar a falta de conhecimento da LA. Baralo afirma que:

Numerosos estudiosos del tema han llegado a la conclusión de que la transferencia es una estrategia disponible para compensar la carencia de conocimiento de la lengua objeto. Sin embargo, su uso se ve constreñido por la percepción de la distancia entre la L1 y la L2, es decir, cómo el aprendiente percibe las formas marcadas en su propia lengua, entendiendo como marcadas las formas menos frecuentes. (BARALO, 1999, p. 35)

Algumas contribuições da AC podem ser listadas, desde a comparação da LM e LA para auxiliar o planejamento do ensino da língua-alvo como materiais didáticos mais eficientes e o desenvolvimento, por parte do professor, de estratégias pedagógicas para auxiliar o aprendiz com determinada dificuldade.

É inegável que os estudos sobre a língua espanhola, no Brasil, são marcados por um tratamento contrastivo com a língua portuguesa, já que ambas as línguas têm uma origem comum – são provenientes do latim –, mantendo muitas características semelhantes. Moreno e Fernández (2007) afirmam:

Será difícil superar (...) o impulso de contrastar, talvez porque a nós todos faz falta encontrar, pura ilusão, por certo, fixar os pontos de aproximação e distanciamento entre nossas línguas, que incluem também tantas línguas em sua heterogeneidade, tão parecidas e diferentes.

(MORENO e FERNANDÉZ, 2007, p. 01, tradução minha)

Para Magro (1979), a comparação dos sistemas linguísticos envolvidos no aprendizado de línguas é feita com vistas a apontar as semelhanças e diferenças existentes entre eles. Conforme Mackey (1965, *apud* Magro, 1979), o método contrastivo é uma base extremamente valiosa para o ensino de línguas estrangeiras, pois muitas das dificuldades na aprendizagem de uma segunda língua se devem ao fato de que ela difere da língua materna do aprendiz.

Assim que, retirando as semelhanças da LM com a LA, o que apontar como diferente corresponderia, portanto, às dificuldades do aprendiz.³ Se a LM e a LA forem semelhantes, o aprendizado será mais fácil, pois seriam poucas as diferenças que poderiam levar ao erro do aprendiz, no entanto, se as línguas apresentarem muitas diferenças estruturais, os erros dos aprendizes serão maiores. Isso se explica, pois os alunos tenderão a usar estruturas da LM para suprir a falta de domínio da LA. Esse efeito, decorrente do sistema da LM agindo sobre o da LA.

Entende-se por transferência o processo que ocorre quando o aprendiz de uma LA utiliza os conhecimentos linguísticos e as habilidades comunicativas (seja da LM ou de qualquer outra língua adquirida previamente) na produção e no processamento de mensagens na LA.

Segundo Alvarez (2002), a transferência na aquisição de uma segunda língua pode ser positiva, quando a influência da LM sobre a LA ajuda, é benéfica, ou negativa (também chamada de interferência), quando provoca erros que podem produzir mal-entendidos. Serey (1994) observa que:

A importância da transferência tem sido uma questão muito controversa entre linguistas e professores: uns acham que é uma característica muito importante na aquisição de segunda língua, outros são mais céticos. Contudo, as pesquisas nos levam à conclusão de que a transferência interage com outros fatores na aquisição de L2, o que confirma sua importância. (SEREY, 1994, p.3)

³ Conforme Magro (1979) aponta, a abordagem teórico-metodológica da Análise de Erros (AE) baseia-se na ideia de que um estudo cuidadoso da produção (escrita ou falada) do aprendiz pode revelar suas habilidades e conhecimento da LA, provendo meios de avaliação do ensino-aprendizagem. A AC, embora tenha os mesmos objetivos da AE, opera de forma distinta, pois estuda a produção do aluno e envolve a identificação de erros em um *corpus* dado e sua explicação e predição à luz de aspectos linguísticos, psicolinguísticos, sociolinguísticos, fisiológicos e pedagógicos.

2. FORMAS DO IMPERATIVO EM LATIM

Devido à semelhança do espanhol com o português, convém observar as construções imperativas do latim, considerando que são línguas com essa origem em comum. Segundo Faria (1958), o imperativo, em latim, tem formação própria, dividindo-se em imperativo presente e futuro.

O imperativo presente, que só tem a segunda pessoa do singular e do plural, é usado quando se trata de uma ordem ou pedido cuja execução deva ser imediata e é formado tomando-se para a segunda pessoa do singular o tema do verbo, sem sufixo nem desinências pessoais, e para a segunda pessoa do plural, acrescentando-se ao radical do *inflectum* a desinência *-te*:

(1) a. lauda mone lege audi – Imperativo 2ª pessoa singular.

‘louva’ ‘lembra’ ‘lê’ ‘ouve’

b. lauda-te mone-te legi-te audi-te – Imperativo 2ª pessoa plural.

‘louvai’ ‘lembrai’ ‘lede’ ‘ouvi’

(FARIA, 1958, p. 163)

Ainda de acordo com o autor, primitivamente, no indoeuropeu, o imperativo era usado apenas para exprimir uma ordem ou súplica, e não para a proibição. Assim, não havia um imperativo negativo no latim, que emprega várias fórmulas para suprir essa deficiência, como antepor uma partícula negativa (geralmente *ne*) ao imperativo positivo, empregar o infinitivo presente precedido do imperativo do verbo *nolo*, e principalmente preceder de uma negação o perfeito do subjuntivo, como descrito abaixo:

(2) a. nec uos quidem iudices...mortem timueritis (Cíc., Tusc., 1,98)

‘não temais a morte, vós também juízes’

b. ne timete (T. Lív., 3,2,9)

‘não temais’

(FARIA, 1958, p.382)

O latim também se utilizava do subjuntivo presente, que podia ser empregado com valor de imperativo para dar uma ordem na terceira pessoa somente no imperativo negativo, quando a segunda pessoa equivaler a uma construção de sujeito indeterminado.

(3) a. *cautus sis, mi Tiro* (Cíc., Fam., 16,9,4)

‘sejas cauteloso, meu caro Tirão’

b. *sequere illos, ne morere* (Plaut., M.Glor., 1361)

‘segue-os, não te demores’

(FARIA, 1958, p.382)

Nos exemplos (2) e (3) acima, vemos que as formas imperativas não podem ser negadas, fazendo-se uso do subjuntivo, o que explica as características do português e do espanhol, como será exposto na próxima seção.

3. DIFERENÇAS ENTRE A ESTRUTURA DO IMPERATIVO EM PORTUGUÊS E EM ESPANHOL

3.1 Formas do imperativo em português

Segundo Mateus *et al* (2003, p. 451), uma das características morfossintáticas do imperativo do Português Europeu (PE) é a presença de formas verbais específicas. São duas formas verbais que somente ocorrem em frases afirmativas: a da segunda pessoa do singular e a da segunda pessoa do plural, formas distintas do indicativo, conforme ilustrado abaixo:

(4) a. *canta tu!* - *imperativo* *cantas tu!* - *indicativo*

b. *cantai vós!* - *imperativo* *cantais vós!* - *indicativo*

(BECHARA, 2009, P. 197)

São formas usadas exclusivamente para o imperativo, distinta de quaisquer outras utilizadas para a mesma pessoa em outros modos verbais. Na literatura, esse tipo de forma recebe o nome de imperativo verdadeiro. As formas não-exclusivas, tomadas de empréstimo de outros modos, como o indicativo ou subjuntivo, são chamadas de imperativo supletivo, nos termos de Mateus *et al*. (2003)

Em relação aos clíticos, no PE a posição é enclítica em todas as construções em que o verbo está na primeira posição (*Dá-me um cigarro!*), não podendo ocupar posição inicial, próclítica, independentemente de estar ou não em uma estrutura imperativa (CUNHA e

Cintra, 1985; Mateus *et al*, 2003). O modo imperativo no português europeu apresenta o imperativo verdadeiro, com morfologia distinta dos modos indicativo e subjuntivo. Também é caracterizado por uma sintaxe imperativa própria, em virtude de a negação não poder ser aplicada à forma verdadeira de imperativo. O uso do clítico em ênclise também denota o mesmo padrão das línguas de Classe I, embora essa posição não seja restrita ao modo imperativo, sendo também aplicada ao indicativo e ao subjuntivo, o que difere da padronização das línguas de Classe I observadas, sendo, por outro lado, semelhante às línguas de Classe II (FERREIRA Jr., 2011).

Gramaticalmente, no Português Brasileiro (PB), o imperativo também só tem formas próprias para as segundas pessoas, as demais sendo supridas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo. Da mesma forma, não se usa o imperativo nas orações negativas; nesse caso, empregam-se as formas correspondentes do presente do subjuntivo (BECHARA, 2009, p. 197). Podemos dizer que as formas próprias, caracterizadas por Bechara (2009), dizem respeito ao imperativo verdadeiro, enquanto nas demais pessoas é empregado o imperativo supletivo. Portanto, o imperativo no PB apresenta formas do imperativo verdadeiro para as segundas pessoas do afirmativo e formas do imperativo supletivo (associada às formas do subjuntivo) para as demais pessoas do afirmativo e para todas as pessoas do negativo.

- (5) a. canta tu (Imperativo, 2ª pessoa, singular)
 b. cantai vós (Imperativo, 2ª pessoa, plural)
 c. cante você (Imperativo supletivo, 3ª pessoa, singular)
 d. não cantes tu (Negação + imperativo supletivo, 2ª pessoa, singular)

(BECHARA, 2009, P. 197)

Conforme Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995), a análise tipológica das línguas que apresentam imperativo verdadeiro identifica dois grupos, em virtude de seu comportamento sintático. Assim, línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio e sintaxe imperativa própria, como o espanhol e o português, são classificadas como Classe I e línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não apresentam uma sintaxe imperativa própria, como servo-croata, búlgaro e grego antigo, como Classe II

Esquemáticamente, as línguas com imperativo dotado de morfologia própria dividem-se, em relação à expressão do modo imperativo, em duas classes, conforme RIVERO (1994) e RIVERO e TERZI (1995), citados por (SCHERRE *et al*, 2007, p. 198):

- (a) *Classe I:* Línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, bem como uma sintaxe imperativa própria (espanhol, português e grego moderno, por exemplo);
- (b) *Classe II:* Línguas que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não apresentam uma sintaxe própria ao imperativo (servo-croata, búlgaro e grego antigo, por exemplo)

Quadro 1 – classes das línguas dotadas de morfologia próprias, segundo Rivero e Terzi (1995 *apud* SCHERRE *et al*, 2007 p. 198)

Conforme Ferreira Jr. (2016), a principal característica do imperativo no PB é o uso variável de duas formas verbais, sem distinção de pessoa.

- (6) a. Tu - olhe/ olha - abre/ abra a porta!
- b. Você - olhe/ olha - abre/ abra a porta!

(FERREIRA Jr. 2016, p. 37).

No PB, ao contrário das línguas de Classe I, as sentenças imperativas permitem que ambas as formas verbais sejam negadas.

- (7) a. Não abre/ abra o presente!faz/faça isso
- b. Não abre/ abra o presente não!
- c. Não abre/ abra não o presente

(FERREIRA Jr. 2016, p. 37).

Ainda no PB, a sintaxe dos clíticos pronominais permite que esses elementos ocorram na posição inicial em orações imperativas, além de estratégias de negação distintas.

- (8) a. Me desculpe/ desculpa se falei demais
b. Me traz um copo d'água!

(FERREIRA Jr. 2016, p. 38).

Ainda segundo o autor, não há restrição à ocorrência de sujeitos em posição pré-verbal em contextos imperativos não marcados (cf. (9)), sem excluir a possibilidade de sujeitos pós-verbais com interpretação marcada (cf.(10)):

- (9) a. Tu abre/abra a porta!;
b. Você Abre/Abra a porta!

(FERREIRA Jr. 2016, p. 38).

- (10) a. Abre/Abra você a porta!
b. Abre/Abra tu a porta!

(FERREIRA Jr. 2016, p. 38).

No PB a regra de uso não é a ênclise, ou colocação posposta ao verbo, como se registra amplamente na tradição gramatical brasileira, mas a próclise (colocação antes do verbo), ou, ainda, o apagamento ou a substituição, a depender do tipo de pronome (cf.: SCHERRE, 2012).

Em resumo, é importante ressaltar que diferentemente do que observamos no PE, e também no espanhol (RIVERO, 1994), a alternância *olha/olhe*; *abre/abra*; *faz/faça*, no PB, não tem relação clara com o traço \pm proximidade, que rege a distribuição *deixe/você/seu* vs. *deixa/tu/teu* nessas outras duas línguas. Em estudos quantitativos sobre essa variação, Scherre *et al* (2007) observam que fatores linguísticos e sociais favorecem o uso de um ou outro modo do imperativo gramatical e que o falante, geralmente, ao produzir essas frases, não faz a associação à pessoa do discurso (*tu/ você*).

3.2 Estrutura do imperativo no espanhol

Conforme proposto por (Rivero e Terzi, 1995 *apud* Scherre *et al*, 2007) e já citado anteriormente, as línguas podem apresentar dois tipos de imperativos gramaticais, divididas como línguas de Classe 1, que apresentam um paradigma imperativo próprio, bem como uma sintaxe imperativa própria, chamado de imperativo verdadeiro e as línguas de Classe 2, que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não apresentam uma sintaxe própria ao imperativo, chamado de imperativo supletivo, pois são utilizadas formas verbais supletivas, ou seja, formas associadas a outras, como o indicativo ou subjuntivo.

Desse modo, o espanhol se apresenta como uma língua de Classe 1, com as seguintes características: a forma imperativa verdadeira, com morfologia distinta do modo indicativo, não pode ser negada; nega-se apenas a forma supletiva, expressa pelo presente do subjuntivo e/ou pelo infinitivo.

(11) Imperativo verdadeiro

- a. Lee! (Espanhol)
ler-IMP-2S ‘
Lê!’
- b. *No lee! NEG ler-IMP-2S

(RIVERO e TERZI, 1995 *apud* SCHERRE *et al*, 2007 p. 199)

(12) Imperativo supletivo

- a. No leas! (Espanhol)
NEG ler-PRES/SUBJ-2S
‘Não leias!’
- b. No ler!
NEG ler-INF-2S
‘Não ler!’

(RIVERO e TERZI, 1995 *apud* SCHERRE *et al*, 2007 p. 200)

(13) Indicativo

- a. Tu lees (Espanhol)
Tu ler-PRES/IND-2S
‘Tu lê!’

(RIVERO e TERZI, 1995 *apud* SCHERRE *et al*, 2007 p. 200)

Moreno e Fernández (2007) assinalam que o imperativo verbal possui duas formas próprias: para a segunda pessoa do singular (*tú* e *vos*) e para a segunda pessoa do plural (*vosotros/as*). Para as demais pessoas: terceira do singular (*él/ella* e *usted*) e do plural (*ellos/as*, *ustedes*) e primeira do plural (*nosotros/as*) são utilizadas as formas do presente do subjuntivo, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Tú	Vos	Él/Ella/Ud	Nosotros/a	Vosotros/a	Ellos/Ellas
			.	s	s	/Uds
Cantar	Canta	cantá	cante	cantemos	cantad	canten
Beber	bebe	bebé	beba	bebamos	bebed	beban
Partir	parte	partí	parta	partamos	partid	partan

Quadro 2 - Verbos regulares na primeira, segunda e terceira conjugação no imperativo espanhol segundo Moreno e Fernández (2007, p. 217).

As autoras afirmam ainda que, para a forma negativa, utilizam-se as formas do presente do subjuntivo para todas as pessoas, conforme ilustrado abaixo:

(14) a. No **vengas** tarde.

‘Não venha tarde’

b. No **pisen** en el césped

‘Não pisem na grama’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 217)

Segundo as autoras, os verbos que têm irregularidades no presente do indicativo mantêm essas mesmas irregularidades no imperativo.

(15) Infinitivo	Presente do indicativo	Imperativo
Comenzar	comienzas	comienza
Dormir	duermes	duerme
Pedir	pides	pide

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 217)

Alguns verbos irregulares possuem formas especiais para a segunda pessoa do singular (*tú*):

(16) Infinitivo	Imperativo (<i>tú</i>).
decir	di
hacer	haz
poner	pon
ser	sé
salir	sal

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 217)

Os pronomes complemento sempre estão pospostos ao verbo, no imperativo, e unem-se a eles. Se houver dois pronomes, vai em primeiro lugar o de pessoa e em segundo lugar o de coisa:

(17) a. Si te ha gustado la blusa, **cómpratela**.

‘Se gostou da blusa, compre-a’

b. No me pongas nerviosa: **dime** de una vez qué te pasa.

‘Não me deixe nervosa: diga-me de uma vez o que passa’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 217)

Moreno e Fernández (2007) citam, ainda, os usos do imperativo verbal e as formas imperativas. Essas formas são utilizadas da seguinte maneira:

(i) para dar ordens em contexto familiares ou se existe uma relação hierárquica:

(18) ¡**cállate** ahora mismo!

‘cale-se agora mesmo’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 218)

(ii) para pedir algo:

(19) **Préstame** tu bolígrafo un momento, por favor.

‘Me empresta sua caneta um minuto, por favor’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 218)

(iii) para dar instruções:

(20) **Pulse** el botón “conectar”.

‘Aperte o botão “conectar”.’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 218)

(iv) para aconselhar, sugerir ou recomendar:

(21) Necesitas distraerte, **sal** un poco, **haz** ejercicios, **practica** algún deporte.

‘Você precisa se distrair, saia um pouco, faça exercícios, pratique algum esporte’.

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 218)

(v) para convencer ou persuadir e, também, em contextos amistosos para animar a fazer algo:

(22) El vestido verde te sienta mucho mejor y además es mucho más bonito. **Póntelo**, ya verás cómo se fijarán en ti.

‘O vestido verde fica muito melhor e, além disso, é muito mais bonito. Coloque-o e verá como te notarão.’

(MORENO e FERNANDÉZ 2007, p. 218)

Torrego (2011) traz algumas mudanças normativas mais significativas, aparecidas nos usos do espanhol (Espanha), em que vemos contrastada alguns usos da língua na *Gramática de la lengua española* (RAE, 1931) e nas *Nuevas normas de ortografía* (RAE, 1959), com os novos manuais que tratam sobre os usos da língua espanhola, apontando, assim, o que seria, de fato, de uso coloquial e o que é gramaticalmente aceito.

Segundo Torrego (2011), consideram-se incorretas as formas de segunda pessoa do plural do imperativo (usadas somente no espanhol da Espanha, ainda que não nas Canárias), acabadas em *-r* no lugar do *-d*.

(23) a. *Marchar (vosotros/as) de aquí. > Marchad de aquí

b. *Comer (vosotros/as) más tarta > Comed má tarta

c. *Salir (vosotros/as) a la calle > Salid a la calle

(TORREGO, 2011, p. 52)

Essas formas não são consideradas pertinentes em seu uso formal, mas amplamente percebidas nos falares. Igualmente consideram-se incorretas as mesmas formas com um *-r* epentético com verbos pronominais:

- (24) a. *callaros > callaos
 b. *poneros > poneos
 c. dividiros > dividíos

(TORREGO, 2011, p. 52)

Essas mudanças são próprias da língua coloquial, recomendando-se não usá-las nos registros mais formais, apesar de que não são tratadas como um falar popular ou vulgar, de acordo com a *Nueva gramática de la lengua española* (2009).

Quanto ao verbo *irse*, sua forma *iros* está largamente disseminada na fala coloquial, substituindo a forma *idos*, não sendo assinalada como uma forma incorreta pelo *Diccionario panhispánico de dudas* (2005):

- (25) *¡Iros de aquí! > ¡idos de aquí!

(TORREGO, 2011, p.53).

4. ANÁLISE CONTRASTIVA DAS FORMAS DO IMPERATIVO

Nesta seção, são comparadas as formas imperativas do espanhol e do português apresentando as semelhanças e diferenças quanto a três aspectos: (a) a morfologia dos verbos, (b) a combinação dessas formas com os pronomes complemento (clíticos) e (c) a variação no uso referente à 2ª pessoa.

Rocha Lima (2017) afirma que o imperativo afirmativo é um tempo misto; para a sua formação concorrem o presente do indicativo e o presente do subjuntivo. As regras, portanto, são: as duas formas de segunda pessoa (**tu/vós**) são tiradas das formas correspondentes no presente do indicativo, sem o *s* final; as formas (*você/vocês*) buscam-se no presente do subjuntivo, sem alteração. E para formar o imperativo negativo, basta antepor *não* às formas do presente do subjuntivo, excluídas as primeiras pessoas (*eu/nós*).

Imperativo afirmativo	Imperativo negativo
Tu - cant-a	Tu - não cant-es
Você/ senhor - cant-e	Você/ senhor - não cant-e
Nós - cant-emos	Nós - não cant-emos
Vós- cant-ai	vós - não cant-eis
Vocês/ os senhores - cant-em	Vocês/ Senhores - não cant-em

Quadro 3 - Formação do verbo *cantar* no imperativo, segundo Bechara (2009, p.197).

Como podemos observar no quadro acima, essas são as desinências dos verbos de primeira conjugação no imperativo. Ainda conforme Bechara (2009), praticamente da 2.^a pessoa do singular e plural do presente do indicativo saem as 2.^{as} pessoas do singular e plural do imperativo, bastando suprir o *s* final (BECHARA, 2009, p. 197).

No quadro abaixo constam os verbos na primeira, segunda e terceira conjugação do imperativo no espanhol:

	Tú	Vos	Él/Ella/Usted	Nosotros/as	Vosotros/as	Ellos/Ellas /Ustedes
Cantar	Canta	cantá	cante	cantemos	cantad	canten
Beber	bebe	bebé	beba	bebamos	bebed	beban
Partir	parte	partí	parta	partamos	partid	partan

Quadro 4 - Verbos regulares no imperativo espanhol segundo Moreno e Fernández (2007, p. 217)

Da mesma maneira que Rocha Lima (2017), Llorach (2000) evidencia algumas características da forma imperativa no espanhol:

Aparte la obligatoria entonación apelativa (y, por tanto, el estilo directo), el imperativo está restringido por tres condiciones: debe tener sujeto gramatical de segunda persona (singular o plural); ha de situarse en perspectiva temporal de presente, y su oración tiene que ser afirmativa (nunca negativa). (LLORACH, 2000, p. 150)

Assim, como se observa acima, o imperativo do português, nos verbos regulares, é estruturado de maneira semelhante à forma do imperativo em espanhol. Notamos, no entanto, algumas características que se distanciam do português, pois no espanhol, para as segundas pessoas do singular e do plural há a forma imperativa verdadeira, com morfologia distinta do

modo indicativo, que não pode ser negada, negando-se apenas a forma supletiva, expressa pelo presente do subjuntivo e/ou pelo infinitivo. Outra diferença expressiva é a formação do imperativo na 2ª pessoa do plural: enquanto em português adiciona-se a vogal *i* na 2ª pessoa do singular para formar o plural, em espanhol adiciona-se a letra *d* para a formação do plural. De acordo com Llorach (2000): “*El imperativo presenta siempre terminaciones sin -s: con vocal (canta, come, vive) o la mera raíz verbal (ten, pon, sal) en combinación con singular; con -ad, -ed, -id para el plural (cantad, comed, vivid)*” (LLORACH, 2000, p. 150).

Mais uma particularidade que diferencia o imperativo espanhol do português, consiste no uso dos clíticos. No PB, a regra de uso não é a ênclise, ou colocação posposta ao verbo, como se registra na tradição gramatical brasileira e para o PE, mas a próclise, ou colocação antes do verbo, enquanto no espanhol a posição é enclítica, como no PE. Llorach (2000, p. 150) acrescenta que “*Un segundo rasgo diferencial del imperativo respecto de las demás formas verbales consiste en añadir como enclíticos los referentes pronominales átonos, en lugar de situarlos proclíticos*”.

Enquanto se diz, em espanhol, nas demais formas verbais, *me lo cuentas, se la enviáis, las recibís, nos teméis*, quando se utiliza o imperativo a construção muda e o pronome passa para a posição enclítica: *cuéntamelo, enviádsela, recibidlas, temednos*. O autor ressalta ainda que “*Cuando se agrega al plural del imperativo el referente átono os, la -d final del verbo desaparece: alegraos, proponeos, arrepentios; se exceptúa el imperativo del verbo ir: idos*” (LLORACH, 2000, p. 150).

Conforme Cardoso (2006), no PB há uma variação entre o uso da forma pronominal com as formas verbais, não havendo associação da pessoa que fala com julgamentos de (+-) proximidade, ou seja, não há uma distinção entre o uso do *tu* e *você*, com o uso do imperativo verdadeiro, ou a forma subjuntiva: *Tu - olhe/ olha - abre/ abra; Você - olhe/ olha - abre/ abra*.

Em espanhol há uma diferenciação no uso dos pronomes pessoais para julgamentos de (+-) distanciamento, de tal forma que *tú/vosotros* é utilizado em contextos menos formais e *usted/ustedes* em contextos mais formais. No entanto, o uso do imperativo verdadeiro em espanhol ocorre somente para as segundas pessoas do singular e plural (*tú/vosotros*), já que para as 3ªs pessoas (*usted/ustedes*) é usada a forma subjuntiva.

Llorach (2000) salienta que:

La diferencia de uso entre tú/usted, vosotros/ustedes se mantiene en la Península (aunque haya variado la frecuencia social de empleo). Pero en el mediodía (en Andalucía y en Canarias) los plurales vosotros, -as han sido sustituidos por ustedes. La confusión, en América, de tú y vos y la total eliminación de vosotros, ha originado un uso diferente, que sobre todo tiene consecuencias en las formas de la conjugación verbal. (LLORACH, 2000 p. 152)

Quanto à negação da forma imperativa no português, Scherre *et al* (2007) afirmam que as sentenças imperativas permitem que ambas as formas verbais sejam negadas: *Não faz/faça isso; Não deixa/deixe cair*. Entretanto, no espanhol umas das condições expostas por Llorach (2000) é que não é possível negar o imperativo verdadeiro. Dessa maneira, é utilizada a forma subjuntiva para fazer a negação:

Cuando la apelación u orden se refiere a algo negativo, o sea, cuando se sugiere una prohibición, la negación no afecta al morfema de apelación (no se niega la orden), sino solo el contenido léxico de la raíz verbal. (LLORACH, 2000, p. 152).

Analisando os dados, é importante salientar algumas possíveis interferências que podem surgir quando falantes de português estão aprendendo espanhol, ou, ao contrário, falantes de espanhol estão aprendendo português, com relação ao uso do imperativo.

Uma diferença que pode ser expressiva na aprendizagem é o fato de os pronomes serem enclíticos no espanhol e proclíticos em PB, de maneira que os aprendizes podem, conforme exposto na seção 1, transferir padrões de sua língua materna para a língua alvo.

Outra possível dificuldade dos falantes de português ao aprender espanhol está no uso da forma verbal (imperativo/subjuntivo) com o pronome pessoal correspondente, visto que em PB há uma variação entre os usos do pronome pessoal com as formas verbais. Nesse caso, é possível que um aprendiz utilize o imperativo verdadeiro para uma forma verbal que seja formada pelo subjuntivo, ou o oposto.

Podemos concluir que, para minimizar possíveis interferências da LM, é preciso criar materiais e utilizar metodologias que contrastem essas duas línguas com suas diferenças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em uma comparação de formas e de usos do imperativo em espanhol e em português, buscando caracterizá-los através da AC. A análise contrastiva é um entre outros possíveis instrumentos teórico-metodológicos para desenvolver modelos pedagógicos para a aprendizagem de uma língua estrangeira e tem o objetivo de prever

possíveis interferências da gramática da LM na gramática da LA dos aprendizes, de forma que o professor tem a possibilidade de identificar metodologias de ensino e preparar atividades pedagógicas específicas em suas aulas, considerando os pontos que foram demonstrados na seção 4.

O estudo das diferenças nos usos do imperativo em espanhol e em português ainda merece investigações maiores, visto que se trata de duas línguas tipologicamente próximas, em que a transferência pode vir a ser a maior causa de dificuldades para a aquisição da língua alvo.

Pesquisas futuras podem ampliar ou modificar o resultado apresentado, contribuindo com os estudos sobre aquisição de linguagem e com o desenvolvimento de metodologias de ensino de língua estrangeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Maria Luisa Ortíz. A transferência, a interferência e a interlíngua no ensino de línguas próximas, 2002. An. 2. Congr. Bras. Hispanistas Oct. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000012002000100039&script=sci_arttext. Acesso em: 25 Jun., 2018.

BARALO, Marta. Linguística aplicada: Aprendizaje y enseñanza de español/ LE. Universidad Antonio de Nebrija, Madrid, 1999.

BASTOS, Francisco Glauco Gomes; LIMA, Jean de Custódio; BUIM, Dagoberto. Português para estrangeiros: a interferência da interlíngua na escrita de alunos hispano-americanos: um estudo de caso. Arena I Comunicações Piracicaba v. 23 n. 3 p. 75-89 setembro-dezembro 2016. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23n3p75-89>.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARDOSO, D. B. B. O imperativo gramatical no português do Brasil. Revista de Estudos da Linguagem 14.2: 317-340, 2006.

CASTELEIRO, João Malaca, REIS, Susana. A Intercompreensão entre o português e o espanhol: Diferenças fonético-fonológicas e lexicais, 2007. Diálogos em Intercompreensão – Colóquio Internacional, Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, 8 p. Disponível em: www.redinter.eu/dialintercom/Post/Painel6/31.pdf. Acesso em: 25 Jun 2018.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Breve Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CHOMSKY, Noam. Reflexões sobre a linguagem. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CHOMSKY, Noam. 1997. Chomsky no Brasil. Revista D.E.L.T.A, 13:1-229. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-445019970003000002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 24 Jun 2018.
- CHOMSKY, Noam. Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Trad. Lúcia Lobato. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 83 p., 1998.
- DUARTE, Cristina A. Diferencias de usos gramaticales entre español/portugués. Madrid, Edinumen, 2005.
- FARIA, Ernesto. Gramática Superior Da Língua Latina. Rio De Janeiro. Acadêmica de Rebouças, 1958.
- FERNÁNDEZ, Yamilka Rabasa. A Presença de Erros na Interlíngua de Estudantes Brasileiros Aprendizes de Espanhol. In: Revista Desempenho, v. 12, n. 1, junho/2011.
- FERREIRA Jr., Moacir Natércio. A Sintaxe da Negação em Configuração Imperativa no Português Brasileiro. Diss. Brasília, DF. UnB, 2011.
- FERREIRA Jr., Moacir Natércio. Aspectos sintáticos e semânticos de sentenças imperativas no português brasileiro. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de, Brasília, 2016.
- FRIES, Charles C. Teaching and learning English as a foreign language. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1945.
- GARGALLO, I. S. Análisis Contrastivo, Análisis de Errores e Interlengua en el marco de la Lingüística Contrastiva. Madrid: Editorial Síntesis, 1993. Brasília
- LADO, R. (1957) Linguistics across cultures: applied linguistics for language teachers. In: LICERAS, J.M. La Adquisición de Lenguas Extranjeras: hacia un modelo de Análisis de la Interlengua. Madrid: Visor. Diss. S.A. 1992.
- LAPASTINA. Solange Vieira. Comparação das estruturas entoativas do verbo imperativo em português e espanhol. Diss. São Paulo, SP. PUCSP, 2010.
- LIMA, Rocha. Gramática normativa da língua portuguesa. 53ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.
- LÓPEZ, Sonsoles Fernández. Interlengua y análisis de errores en el aprendizaje de español como lengua extranjera. Madrid: Edelsa, 1995.
- LLORACH, Emilio Alarcos. Gramática De La Lengua Española. Madrid: Espasa Calpe, 2000.

- MAGRO, Maria Cristina. Análise contrastiva e análise de erros: um estudo comparativo. In: Cadernos de linguística e teoria da literatura. ed. 3. p. 124-133, 1979.
- MATEUS, M. H. M. et alii. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003.
- MESQUITA, Aline Camilla Romão. A categoria preposicional na interlíngua do surdo aprendiz de português(L2). Diss. Brasília,DF. UnB, 2008
- MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel M. Eres. Gramática Contrastiva del Español para brasileños. Madrid. Sociedad General Española de Librería, S.A., 2007.
- PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana Reigota; VICENTE, Helena Guerra; SALLES, Heloisa. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. In. Linguagem & Ensino, v.14, n.2, p.395-425, jul./dez. 2011.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA e Asociación de academias de la lengua española. Gramática de la lengua española. Madrid: Espasa, 1939.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA e Asociación de academias de la lengua española. Nuevas normas de ortografía, Madrid: Espasa, 1959.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA e Asociación de academias de la lengua española.. Nueva gramática de la lengua española. Espasa, Madrid 2009.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA e Asociación de academias de la lengua española.. Diccionario panhispánico de dudas, 1.^a edición. Madrid: Santillana, 2005. Disponível em: <http://www.rae.es/obras-academicas/diccionarios/diccionario-panhispanico-de-dudas>.
- RIVERO, María Luisa. Negation, imperatives and the Wackernagel effects. Rivista di Linguistica 6.1: 39-66, 1994.
- RIVERO, María Luisa; TERZI, Arhonto. Imperatives, V-movement and logical mood. Journal of Linguistics 31 (2): 301-332, 1995.
- RODRIGUEZ, Monica Nariño. O Uso Do Presente E Do Pretérito Indefinido Do Espanhol Por Alunos Brasileiros Universitários. Diss. Porto Alegre, RS. UFRGS, 2007.
- RODRIGUES, Raquel La corte dos Santos. Considerações sobre o erro na aprendizagem do espanhol/LE, 2002. An. 2. Congr. Bras. Hispanistas Oct. Disponível em:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000012002000100050&script=sci_arttext. Acesso em 24 Jun., 2018.
- SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma – Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: M. BAGNO (org.) Linguística da norma. 2^a Edição, São Paulo: Loyola. p. 217-251, 2004.

SCHERRE, M. M. P.. Norma e uso - O imperativo no português brasileiro. In: W. DIETRICH & V. NOLL (orgs.) O português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual. Frankfurt am Main: Vervuert/ Madrid: Iberoamericana. p. 231-260, 2004.

SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos. In: S. J. VOTRE & C. RONCARATI (orgs.) Anthony Naro e a lingüística no Brasil - Uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro, FAPERJ/7Letras/.p. 306-319, 2008.SCHERRE, M. M. P.;CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO,M. V. S.. O imperativo gramatical no português brasileiro - Uma discussão translingüística. Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília: volume 1. [Publicação eletrônica: www.abralin.org], p. 505-509, 2005.

SCHERRE, M.M.P.; CARDOSO, D. B. B. ; LUNGUINHO, M. V.; SALLES, H. M. M. L. A. . (2007) Reflexões sobre o Imperativo em Português. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 193-241, 2007.

SEREY-LEIVA, M. Falsos cognatos em português e espanhol. Diss. Campinas, S.P.: UNICAMP, 1994.

SEVERO.Cristine Gorski. Leibniz e Chomsky: convergências e divergências. *Filosofia Unisinos*, 7(3):269-280, set/dez 2006.

SILVA, Junia Lorena da. Contribuições dos pressupostos Gerativistas para a Educação em Língua Materna. Diss. Brasília, DF. UnB, 2013.

SILVA, Beatriz da. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM: UMA PROPOSTA INATISTA Disponível em: http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/Desenvolvimento%20da%20linguagem-%20uma%20proposta%20inatista%20-%20BEATRIZ.pdf. Acesso em: 28 Jun 2018.

TORREGO, Leonardo Gómez: Las normas académicas: últimos cambios, Madrid, S/M; 2011.